

REVISTA INTER-LEGERE (UFRN) ENTREVISTA: PROFESSORA EDINEIDE JEZINE

ENTREVISTADORES:

Geovânia da Silva Toscano⁷

Alcides Leão dos Santos Júnior⁸

A Professora Edineide Jezine é Associada da Universidade Federal da Paraíba com atuação no ensino, pesquisa e extensão. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1997), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e Pós-doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa/Portugal (CAPES/FCT). Faz parte da Rede Ibero Americana de Investigação em Políticas de Educação (RIAIPE/CYTED) e da Rede Universitas/Br Produção Científica sobre Educação Superior no Brasil. Tem experiência na Graduação, Pós-graduação e Extensão Universitária na área de Educação e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Globalização e Governança; Políticas de Educação Superior; Movimentos Sociais e Educação Popular; Educação Inclusiva e Práticas Educativas formais e informais.

Ela foi entrevista pelos professores Doutora Geovânia Toscano (UFPB) e Doutor Alcides dos Santos Júnior (UERN) especialmente para esta edição da Revista *Inter-legere* aos quais agradecemos pela colaboração.

⁷ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1993), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Líder do Grupo de Pesquisa Ciências Sociais. Cultura e Educação (UFPB) e pesquisadora dos seguintes grupos: Cultura, política e educação (UFRN) e Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Complexo (UERN). Atualmente é adjunto I da Universidade Federal da Paraíba. Atua nos seguintes temas: sociedade, educação, cultura, memória, produções de saberes, juventude, identidade, ensino de sociologia, formação, saúde e sociedade, direitos humanos, cidadania, universidade e extensão universitária. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN.

⁸ Pedagogo (UCSAL), Doutor em Educação (UFBA); Docente do Curso de Enfermagem, do Campus Caicó, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Saúde e Pensamento Complexo; Pesquisador do Grupo Pesquisa Cultura, Política e Educação (PPGCS - UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Pensamento Complexo (UERN). Contato: alcidesleao@uern.br

1- REVISTA Inter-legere: Professora Edineide Jezine, conte-nos como foi a sua itinerância de aluna de Pedagogia em Manaus até a sua escolha em ser docente na UFPB.

E.J.: A pergunta me faz lembrar um fato recente e buscou a memória distante. Em maio estive com um grupo de pesquisadores da Rede Universitas/Br no XXI Encontro, em São Carlos e a Professora Maria do Carmo (UFMG) perguntou-me Edineide de onde vem seu Jezine? Então, junto com outro professor Salomão Hage Mustaff (UFPA), começamos a nos descobrir e a recapitular a história do período áureo, da borracha na Amazônia, período que se configurava como de exploração tanto da sua natureza como da força de trabalho, em que muitos árabes, sírios, judeus e tantos outros, fugidos da guerra vieram para a Região Amazônica e lá implantaram uma cultura de comércio, ficando conhecidos como “regatões” – vendedores itinerantes. Nos finais dos anos 1920, com a queda do preço da borracha alguns chamados “turcos” compraram firma de imigrantes e inauguraram o que, posteriormente, seria a Zona Franca de Manaus. Em uma dessas viagens, meu pai filho do “Velho Jezine” conheceu minha mãe, uma bela morena índia, como a maioria das mulheres do local, sem instrução escolar. Ela passou a acompanhá-lo nas viagens, casaram-se e foram viver em Manaus. Já menina, na década de 1970, me lembro da luta da mulher costureira e das dificuldades da vida, principalmente para dar condição aos filhos para estudar, a mulher analfabeta entendia que essa era a herança que poderia deixar aos filhos. Foi assim, nos gostos pelos estudos e na insistência da educação da mãe que me tornei doutora. Fiz Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e iniciei minha vida na docência em uma Escola Municipal de Manaus, como Professora de Educação de Jovens e Adultos. Depois de ter passado por vários Movimentos Juvenis da Igreja Católica, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) que defendiam as ideias da Teologia da Libertação, consolidando o envolvimento com as causas populares. Assim, a escolha do curso de Pedagogia, deu-se em função da minha história pessoal, por acreditar na ascensão social via os estudos e condição de conciliar família e trabalho. Na verdade me inquietava a condição de mulher, dona de casa, mas que ao mesmo tempo me impulsionava à necessidade de superação da própria história. Então, passar no vestibular era sonho e luta, significava o passaporte para a liberdade, para uma mulher advinda de escola pública e sem condições de fazer o “necessário

cursinho pré-vestibular”. Então estudava pelo rádio, o Projeto Minerva foi meu companheiro de noites escuras, iluminadas à vela, juntamente com as apostilas de cursinho doadas de colegas que já estavam na Universidade. Como aluna de Pedagogia e, já profissional da Educação, sempre estive envolvida nos movimentos em defesa da educação pública do Amazonas, da participação popular e da democratização das relações sociais, e contra as obras do poder que viessem a usurpar o direito dos trabalhadores, de modo que a vivência social me fez perceber a necessidade de “opção de classe”. Ao concluir o curso de Pedagogia fui dar aulas no curso de Magistério, depois fiz concurso público para a Escola Técnica Federal do Amazonas, e em 1991, passei em concurso público de provas e títulos na UFAM. Já docente efetiva, optei pelo trabalho de Extensão Universitária junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (NEPE), em que desenvolvemos projetos integrados de educação em diversos municípios do interior do Estado do Amazonas, na área de formação de educadores, processos de alfabetização, organização de comunidades, além de cursos diversos para educadores populares. A vivência com esse grupo de professores e com as comunidades ribeirinhas do interior do Amazonas me conduziu ao Mestrado em Educação Popular, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1994, com a defesa de dissertação “Universidade e Saber Popular. O sonho possível” - livro publicado pela Editora da UFPB em 2002. Retornei ao Amazonas em 1997, e nesse ínterim passei a coordenar o Programa Alfabetização Solidária, apesar das contradições ideológicas, via também, a possibilidade de contribuição e formação crítica possível junto aos sujeitos do interior. Ao ser selecionada para o doutoramento em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com bolsa de demanda social, a UFAM me libera e continuo a coordenar esse Programa, foram dois anos de viagem Paraíba (João Pessoa) – Pernambuco (Recife) – Amazonas (Carauari). O período me possibilitou compreender as diferentes dinâmicas culturais de cada região e suas necessidades; o papel social da Universidade e da Extensão Universitária, pois do trabalho de coordenação da Alfabetização no interior do Amazonas à condição de doutorando em Sociologia na UFPE era preciso fazer os papéis se juntarem em um todo coerente. Foi assim que defendi a tese intitulada “A crise da Universidade e o compromisso social da Extensão Universitária”, orientada pela Profa. Dra. Silke Weber em um período de conturbadas mudanças políticas e ideológicas do cenário brasileiro e universitário – livro publicado pela Editora da UFPB, em 2006. Mais, uma vez retornei ao Amazonas, todavia, as raízes ficaram na Paraíba de modo que em 2003, surge em meio as crise de falta de concurso

público uma vaga para Professor em Didática, me submeti ao concurso público, sendo aprovada procedi à troca de vaga com a UFAM e assumi a docência superior na UFPB.

2. REVISTA *Inter-legere*: Professora, a sua formação, expressa em seu currículo, denota seu envolvimento com a extensão universitária, e seu trabalho de doutorado foi sobre esta temática. Questionamos como vislumbra o papel da extensão universitária na política educacional do Brasil na contemporaneidade?

E.J.: A política educacional, em especial a de educação superior vem obtendo novas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e estruturais em função das mudanças ocorridas no mundo global. De modo que, essa relação deve ser pensada na interrelação dos objetivos e interesses da nova reconfiguração do capital. Os dados do Censo da Educação Superior (MEC/INEP, 2012) indicam que em 2011, o setor privado é responsável por 73,7% das matrículas do ensino superior no Brasil, número que baixou em relação ao ano de 2010, dado aos investimentos do REUNI, pois o setor privado, nesse mesmo ano, em termos de matrículas, cresceu apenas 4,8% e o setor público 7,8%. Os dados indicam uma expressiva expansão da rede privada de ensino, que em sua maioria é formado por Escolas, Institutos e Faculdades, ou seja, instituições isoladas de ensino que não possuem a extensão como atividade inerente a sua função, ou seja, estas instituições preocupam-se somente com o ensino. Nestes termos, a extensão universitária faz parte das funções acadêmicas das universidades, com o destaque para o compromisso social de cada instituição. Torna-se difícil reconhecer a extensão universitária no conjunto das políticas de expansão da Educação Superior no contexto da sociedade globalizada, uma vez que as preocupações da agenda é a expansão do acesso e a implantação de políticas de avaliação capazes de instrumentalizar a coordenação/regulação das metas e objetivos institucionais. No conjunto da avaliação institucional, a extensão passa a ser considerada como moeda de troca, ou seja, elemento de avaliação tanto institucional, como para a promoção individual de docentes, e por isso, passa a ser também notificada para acontecer a partir de Editais Públicos, que direcionam sua temáticas, e o caso do Programa de Extensão Universitária (PROEXT-MEC/SESu) e assim tomando uma dinâmica diferente, pois as temáticas de ação passam a ser direcionadas e não mais advindas da realidade social e cultural da comunidade.

3. REVISTA *Inter-legere*: Em seu livro “A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária” (JEZINE, 2006) são apontadas três concepções de práticas extensionistas (a acadêmica, a mercadológica e a assistencialista). As práticas de extensão universitária mercadológica e assistencialistas não poderiam ser consideradas acadêmicas, no “fazer” da Universidade, tendo em vista que elas se originam no espaço da Universidade?

E.J.: O debate da extensão universitária sob a concepção mercadológica é pouco enfrentada pelos gestores ou mesmos extensionistas. Lembro-me que em várias entrevistas com Pró-reitores estes fugiam da questão e buscavam demonstrar a importância da extensão tecnológica para o desenvolvimento das ciências, principalmente a partir das experiências de incubadoras que optam pela venda de serviços. Todavia, nesse debate a questão não são os espaços mais a concepção de extensão universitária que se desenvolve em cada espaço. Entendemos, e essa foi uma defesa do Fórum Nacional de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEXT) quando da elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária (1991) de que a extensão universitária sob a concepção acadêmica dever ter como guiões os princípios: da produção e socialização dos conhecimentos; o compromisso social com uma prática educativa transformadora da realidade e uma ação educativa dialógica de participação cidadã. Nesse sentido, a extensão universitária é expressão que caracteriza a instituição universitária como um bem comum, capaz de contribuir com o desenvolvimento da sociedade e das pessoas. Isso não significa que a extensão não possa se envolver com ações de inovação científica, ou mesmo possa manter relações com o trabalho produtivo, todavia, não pode deixar se vender, e assim, perder o sentido da existência para se firmar como função acadêmica. Assim, vive o dilema de ser uma função que se enquadra nos formulários burocráticos da avaliação institucional ou ter uma característica rebeladora, mas, que ao fugir aos padrões da produtividade pode correr o risco de torna-se desprezível no conjunto da fazer universitário.

4. REVISTA *Inter-legere*: Existe ainda espaço para se pensar e praticar extensão universitária voltada para a emancipação popular, se considerarmos a ideia de produtividade que vem se fortalecendo no interior das Universidades públicas?

E.J.: Enquanto as Universidades resguardarem a autonomia universitária teremos lugar para pensar sua prática sob diversas perspectivas. Mas, pensar a Extensão Universitária ou qualquer prática educativa sob a perspectiva da emancipação popular, em uma conjuntura mercadológica, que realmente vem se fortalecendo nas universidades públicas, a partir da concorrência de editais de financiamento e da avaliação produtivista do docente e seu trabalho, da instituição e seu produto, requer que tenhamos para além de propostas políticas, pessoas comprometidas com esta concepção de prática. Penso que a extensão universitária nesse contexto tem o desafio de torna-se divulgadora de si, pois o trabalho de extensão nas universidades em geral são muito tímidos, muito se faz, mas pouco se divulga. A medida da produtividade do trabalho de extensão se faz por escalas diferentes, pois o referencial não deve ser quantitativo, números de pessoas atendidas e sim as significativas mudanças ocorridas desde a forma do sujeito pensar a sua realidade circundante às transformações organizativas na comunidade que podem gerar processos de emancipação e/ou sustentabilidade social. Nesse sentido, o tempo da extensão não é o mesmo do ensino e da pesquisa por trabalhar com processos diferentes de ação.

5. REVISTA *Inter-legere*: Trabalhas com acompanhamento de estágio e com formação de professores. Quais são os desafios em articular estágio, pesquisa, extensão e formação do professor ao longo do processo de ensino-aprendizagem na Universidade?

E.J.: São muitos os desafios, primeiro o próprio currículo que é formulado sob a lógica disciplinar em que se separa a teoria da prática e não se percebe a relação ensino-pesquisa e extensão, relações que deveriam ser trabalhadas desde o início da formação e não somente a partir do 5º período quando se começa as chamadas disciplinas da formação específica. Então, fica difícil para o professor em uma disciplina de estágio juntar todas as partes, o currículo é um verdadeiro mosaico. No caso da Pedagogia tenho trabalhado o espaço da sala de aula como um *locus* de investigação e intervenção a partir das práticas de diagnóstico, planejamento e ação. Os alunos são conduzidos a perceberem as problemáticas de ensino que envolvem desde as condições socioculturais que interferem nas dificuldades de aprendizagens aos aspectos do ensinar/aprender relativos aos conteúdos e metodologias. A reflexão acerca da realidade conduz ao planejamento de projetos de intervenção e a própria ação do estagiário em sala de aula, o

objetivo dessa metodologia é instigar a necessidade de agir frente às problemáticas de sala de aula.

6. REVISTA *Inter-legere*: Suas investigações de pós-doutorado trazem reflexões sobre educação superior, acesso, inclusão, equidade e democracia em contexto de globalização. Como a Professora descreveria o papel da Universidade Federal da Paraíba na criação e execução de projetos de pesquisa e extensão que possam provocar mudanças no processo de desenvolvimento social e cultural na cidade de João Pessoa e na Paraíba?

E.J.: A situação socioeconômica do Nordeste brasileiro e em especial da Paraíba é de adversidade, a participação no PIB brasileiro é inferior a metade do que tem a população do Brasil. Os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE) assinalam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,718, a Paraíba ocupa o 24º lugar no ranking de IDH dos estados brasileiros, ou seja, detém o quarto menor índice do país. O analfabetismo atinge 21,6% da população, sendo a terceira pior média nacional, pois somente as taxas de Alagoas (24,6%) e Piauí (23,4%) são superiores. Outro problema social no estado se refere à taxa de mortalidade infantil: 35,2 óbitos a cada mil nascidos vivos⁹. Os dados significam a necessidade urgente de ações interligadas em que a educação é fator predominante na mudança dessa realidade e a UFPB exerce papel importante por ser a principal Universidade Federal do Estado. A pesquisa que realizamos busca perceber a relação Universidade e Escola Básica a partir da democratização do acesso, reconhecer o perfil social e educacional dos ingressantes em cursos da UFPB, e a origem escolar dos ingressantes. Os dados demonstram maior entrada de ingressantes com a origem escola pública, significando que as políticas de inclusão são necessárias para a promoção das igualdades de oportunidades, todavia a pesquisa continua na perspectiva de compreender as condições de permanência na universidade, se não estamos criando novas formas de exclusão? Penso que as Universidades exercem um papel social importante na mudança dessa dinâmica e podem provocar mudanças significativas na realidade social e educacional das pessoas do Estado. Mas, a extensão universitária não pode se responsabilizar pelas obrigações do Estado, ao contrário ao

⁹ Disponível em: <http://www.brasile scola.com/brasil/aspectos-populacao-paraiba.htm>. Acessado em 22/07/2013.

exercer a função social da Universidade constitui-se elo de integração das práticas sociais, que possam ser organizativas, emancipatórias e sustentáveis.